



SUSTAINABLE
FOREST
TRANSITIONS



University of
Sheffield

UCPH

MANCHESTER
1824
The University of Manchester

SEI
Stockholm
Environment
Institute

BOSTON
UNIVERSITY



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO



IIS
INTERNATIONAL INSTITUTE
FOR SUSTAINABILITY

Trade-offs socioeconômicos e ambientais em Unidades de Conservação e Terras Indígenas Amazônicas revelados pela análise de usos alternativos de terra

Bowy den Braber, Johan A Oldekop, Katie Devenish, Javier Godar, Christoph Nolte, Marina Schmoeller, Karl L. Evans

Resumo de pesquisa #2
Julho 2024

UK
RI
UK Research
and Innovation



Grantham
Centre
for Sustainable Futures

Entre 2000 e 2010, Unidades de Conservação na Amazônia brasileira reduziram o desmatamento em até 82% em comparação com terras utilizadas para agricultura e mineração. Terras Indígenas também foram altamente eficazes em reduzir o desmatamento, com reduções de até 83% no mesmo período.

Unidades de Conservação não diminuíram a renda local em comparação com agricultura e mineração, mas a renda foi até 36% mais baixa em Terras Indígenas em relação a outros usos de terra.

Unidades de Conservação se mostraram eficazes em alcançar simultaneamente objetivos de proteção ambiental e de desenvolvimento socioeconômico. No entanto, embora Terras Indígenas sejam muito eficientes para a conservação, intervenções adicionais são necessárias para garantir que essas comunidades não sejam ainda mais prejudicadas.

O problema

Para atingir o objetivo proposto pelo Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal de proteger 30% da superfície do planeta até 2030 faz-se necessária a expansão rápida de áreas protegidas.

O estabelecimento de Terras Indígenas (TIs) pode ajudar a atingir esse objetivo e, ao mesmo tempo assegurando maior direito à terra do que as Unidades de Conservação (UCs).

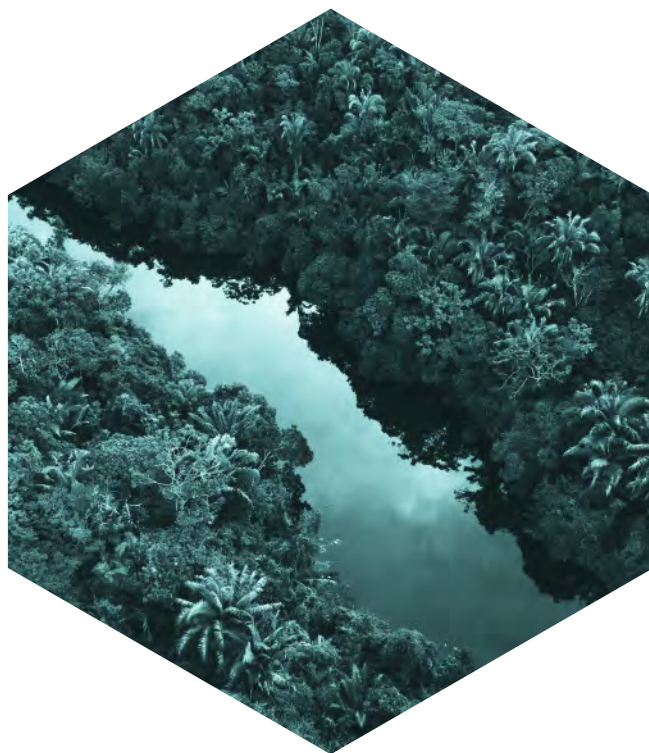
Compreender os resultados ambientais e socioeconômicos de diferentes áreas protegidas é crítico para assegurar que o balanço entre conservação e necessidades dos povos locais seja compreendido e eficientemente gerenciado.

É essencial fornecer dados sobre os resultados de UCs e TIs em relação a outras alternativas de atividades econômicas aos elaboradores de políticas públicas para a tomada de decisões de conservação ambientalmente robustas e socialmente justas.

Nós fornecemos esse dados pela primeira vez para a Amazônia brasileira, comparando os principais usos do terra alternativos da região, a agricultura e as concessões minerárias.

Abordagem inovadora

Avaliamos o desmatamento e os resultados socioeconômicos (renda, desigualdade, letramento e saneamento) de Unidades de Proteção Integral, Unidades de Uso Sustentável e TIs entre 2000 e 2010, comparando com áreas esparsamente povoadas, usos agrícolas de terra (de pequenos produtores a grandes produtores, representativos de latifúndios) e concessões minerárias em aproximadamente 5500 setores censitários na Amazônia Legal Brasileira.



Resultados

TIs reduziram o desmatamento em até 83% em relação a todos os outros usos do solo, mas tiveram menos benefícios socioeconômicos que outros tipos de proteção e uso de terra. Esses resultados sugerem que comunidades indígenas experimentaram trade-offs socioeconômicos.

Unidades de Uso Sustentável e, potencialmente, Unidades de Proteção Integral, não reduziram o desmatamento em comparação a áreas dominadas por agricultura de pequenas escala (fazendas < 10 ha) mas ambos tipos reduziram o desmatamento (em até 82%) em comparação

com agricultura em maior escala e mineração. Essas reduções no desmatamento ocorreram sem resultados socioeconômicos negativos, com exceção de quando comparamos unidades de uso sustentável com mineração.

Nosso estudo indica que o desenvolvimento do agronegócio na Amazônia brasileira tem baixo potencial de fornecer maiores benefícios socioeconômicos para a população local do que alternativas focadas em proteção, que preservam a cobertura florestal.

Recomendações para políticas

Unidades de Conservação na Amazônia brasileira podem preservar a cobertura florestal e entregar bons resultados para o desenvolvimento socioeconômico das populações locais, comparáveis aos resultados de usos do terra com foco econômico.

Terras Indígenas são particularmente eficientes no combate ao desmatamento. Esforços para devolver terras a povos originários e populações tradicionais estão se intensificando em resposta ao novo Marco Global de Biodiversidade e da Declaração de Glasgow sobre Florestas e uso da Terra.

Nossa análise indica que os esforços para assegurar o direito à terra devem ser acompanhados por iniciativas adicionais para garantir que essas comunidades não sofram prejuízos socioeconômicos, por exemplo, através da remoção de barreiras ao acesso dessas populações a programas de proteção social existentes e outras formas de apoio.



Esse briefing é baseado em pesquisa publicada na

Nature Ecology & Evolution

<https://tinyurl.com/4bs5eyz5>

Sobre os autores



Bowy den Braber realizou seu doutorado na University of Sheffield e trabalhou como pesquisador de pós-doutorado na University of Copenhagen.



Johan Oldekop é Professor Associado de Meio Ambiente e Desenvolvimento na University of Manchester e lidera o projeto Transições Florestais Sustentáveis.



Katie Devenish é pesquisadora de pós-doutorado do projeto Transições Florestais Sustentáveis e estuda os resultados sociais e ambientais de ganhos florestais em escala global.



Javier Godar é pesquisador sênior no Stockholm Resilience Institute e co-fundador da plataforma Trase.



Christoph Nolte é Professor Associado na Boston University e pesquisa a aquisição de terras para conservação nos EUA, no Chile e na Colômbia.



Marina Schmoeller realizou seu doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi gerente de projetos no Institute for Capacity Exchange in Environmental Decisions e é pesquisadora de pós-doutorado no Environment and Climate Change Canada.



Karl Evans é Professor Associado de biologia da conservação na University of Sheffield e pesquisa práticas e políticas de conservação da biodiversidade.

Sobre o projeto Transições Florestais Sustentáveis

O projeto Transições Florestais Sustentáveis examina como processos de reflorestamento podem beneficiar o meio ambiente e as comunidades locais para a melhora e avaliação das políticas públicas no setor florestal. O projeto foi selecionado pelo European Research Council (ERC) e financiado pelo UK Research and Innovation (UKRI), código de financiamento EP/X023222/1.

Para maiores informações

www.sites.manchester.ac.uk/sftresearch